NICANOR BARRY KOMATA

**ASCENSÃO DO POPULISMO
NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS**

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Associada Doutora
Monica Herman Salem Caggiano

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

NICANOR BARRY KOMATA

ASCENSÃO DO POPULISMO

NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação da Professora Associada Doutora Monica Herman Salem Caggiano.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Komata, Nicanor Barry.

Ascensão do populismo nas democracias contemporâneas /
Nicanor Barry Komata - 2020.

183 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Direito do Estado) –
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Orientador: Monica Herman Salem Caggiano
Bibliografia: f.169-183.

1.Democracia. 2.Estado constitucional democrático.
3.Populismo. 4.Estados autoritários. I. Título.

NICANOR BARRY KOMATA

ASCENSÃO DO POPULISMO NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação da Professora Associada Doutora Monica Herman Salem Caggiano.

Aprovado em março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Professora Associada Doutora Monica Herman Salem Caggiano – Orientadora
Universidade de São Paulo

Professora Doutora Elza Antônia Pereira Cunha Boiteux
Universidade de São Paulo

Professor Doutor Cláudio Salvador Lembo
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professora Doutor Alessandro Hirata
Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto

Professora Doutor Bruno César Lorencini
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professor Doutor Alessandro de Oliveira Soares
Universidade Presbiteriana Mackenzie

À minha esposa, Fabiana Molinari Komata, pela presença ao meu lado em todos os momentos, pelo companheirismo, carinho, paciência e compreensão quanto às privações a que se submeteu, sujeitando-se à minha ausência diante do ritmo de trabalho que foi exigido para a conclusão deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, expressão máxima e inigualável de justiça e sabedoria, por me proteger, iluminar, abençoar e conceder forças para continuar sempre, apesar de todas as adversidades.

À Professora Doutora Monica Herman Salem Caggiano, externo total gratidão por ter aceitado ser minha orientadora, dispondo de seu tempo em meio a inúmeras ocupações, apoiando e acreditando na possibilidade de realização deste trabalho desde o princípio, acompanhando e direcionando meus estudos há mais de uma década, desde o processo seletivo para ingresso no Programa de Mestrado, sendo compreensiva diante das limitações impostas pela minha profissão, confiando na minha capacidade e fornecendo significativas e incontáveis contribuições para a minha formação.

À Professora Doutora Elza Antônia Pereira Cunha Boiteux, pelas oportunas considerações emitidas acerca desta tese, que permitiram ampliar o grau de profundidade e detalhamento da pesquisa, conferindo maior rigor metodológico e consistência na argumentação.

Ao Professor Doutor Cláudio Salvador Lembo, por ter partilhado suas experiências, oferecendo relevantes sugestões e contrapontos imprescindíveis, que conduzem sempre a uma reflexão profunda, estimulando a identificação de novas compreensões de mundo a partir da superação de paradigmas.

À minha mãe, Yvonne Barry Komata (*in memoriam*), por ter sido um exemplo de mulher batalhadora e obstinada, de mãe amorosa e carinhosa, de conselheira prudente, de amiga compreensiva, de professora dedicada e exigente, que pelo incentivo e exemplo, despertou minha compreensão quanto ao valor do estudo, da literatura, da cultura, da música e da arte, sem os quais eu não teria alcançado condições para este empreendimento.

Ao meu pai, Coronel PM Tadashi Komata, por ser sempre meu amigo, companheiro, mentor, conselheiro, mestre, crítico, revisor, exemplo de homem digno, honrado, disciplinado e altruísta, profissional firme, convicto e idealista, a quem admiro e respeito, e que materializa as virtudes cardeais da prudência, da fortaleza, da justiça e da temperança, em minha vida.

Ao amigo Cel PM Fernando Alencar Medeiros, Chefe do Estado-Maior e Subcomandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, profissional altamente qualificado, correto, dedicado, humilde, conciliador e motivado, a quem admiro e respeito, com quem tenho a oportunidade de aprender todos os dias, no exercício da função que honrosamente me confiou de Ajudante de Ordens, por ter me incentivado constantemente e conferido condições para a conclusão deste projeto.

Ao amigo Cláudio de Oliveira Cabrera, companheiro fiel e leal, com quem tenho o privilégio de partilhar, há muitos anos, de incontáveis experiências pessoais e profissionais, por estar sempre presente, debatendo, concordando, discordando, criticando e incentivando, enfim, proporcionando condições para que eu possa refletir e buscar a preparação para ser uma pessoa melhor e um profissional qualificado.

The Road not Taken

*Two roads diverged in a yellow wood,
And sorry I could not travel both
And be one traveler, long I stood
And looked down one as far as I could
To where it bent in the undergrowth;*

*Then took the other, as just as fair,
And having perhaps the better claim,
Because it was grassy and wanted wear;
Though as for that the passing there
Had worn them really about the same,*

*And both that morning equally lay
In leaves no step had trodden black.
Oh, I kept the first for another day!
Yet knowing how way leads on to way,
I doubted if I should ever come back.*

*I shall be telling this with a sigh
Somewhere ages and ages hence:
Two roads diverged in a wood, and I –
I took the one less traveled by,
And that has made all the difference.*

(Robert Frost, 1920)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em realizar um estudo do populismo, identificando sua natureza e sua manifestação nos Estados democráticos e não-democráticos, paralelamente ao ceticismo que tem assolado a democracia diante da exposição de suas patologias e limitações para traduzir os anseios populares em medidas concretas; promover o delineamento da extensão do fenômeno e apresentar as diferentes configurações com que pode se materializar, assumindo uma orientação vinculada a correntes ideológicas nacionalistas e/ou conservadoras ou progressistas/revolucionárias; e finalmente, analisar os seus efeitos na atual conjuntura política.

Palavras-chave: Populismo, Democracia, Estado Constitucional Democrático, Estados Autoritários.

ABSTRACT

The purpose of this research is to examine populism, identifying its nature and its manifestation in democratic and undemocratic states, along with the skepticism that has been destroying democracy in view of the exposure of its pathologies and limitations to turn popular aspirations into concrete measures; outline the extent of the phenomenon and different configurations in which it can materialize, becoming linked to nationalist and/or conservative or progressive / revolutionary ideological oriented currents; and finally, to analyze its effects in the current political conjuncture.

Key-words: Populism, Democracy, Democratic Constitutional State, Authoritarian States.

RÉSUMÉ

Le but de cette recherche est de mener une étude sur le populisme, identifier sa nature et sa manifestation dans les États démocratiques et antidémocratiques, ainsi que le scepticisme qui a tourmenté la démocratie en raison de l'exposition de ses pathologies et de ses limitations pour changer les désirs populaires en mesures concrètes; favoriser la délimitation de l'étendue du phénomène et présenter les différentes configurations avec lesquelles il peut se matérialiser, avec une orientation liée aux courants idéologiques nationalistes et/ou conservateurs ou progressistes / révolutionnaires; et enfin, analyser ses effets dans la conjoncture politique actuelle.

Mots-clés: Démocratie, Populisme, État Constitutionnel
Démocratique, États Autoritaire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfD	<i>Alternative für Deutschland</i> (Alternativa para a Alemanha)
AKP	<i>Adalet ve Kalkınma Partisi</i> (Partido da Justiça e Desenvolvimento)
CDU	<i>Christlich-Demokratische Union</i> (União Democrata-Cristã)
CFCS/99	Constituição Federal da Confederação Suíça, de 18 de abril de 1999
CGT	<i>Confederación General del Trabajo</i> (Confederação Geral do Trabalho)
COMECON	<i>Council for Mutual Economic Assistance</i> (Conselho para Assistência Econômica Mútua)
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988
CSU	<i>Christlich-Soziale Union</i> (União Social-Cristã)
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDP	<i>Freie Demokratische Partei</i> (Partido Democrático Liberal)
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPI	<i>Instituto Argentino de Promoción del Intercambio</i> (Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio)
KPD	<i>Kommunistische Partei Deutschlands</i> (Partido Comunista da Alemanha)
NSDAP	<i>National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei</i> (Partido Operário Nacional Socialista Alemão)
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEGIDA	<i>Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes</i> (Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente)
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido Justicialista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNF	<i>Partito Nazionale Fascista</i> Partido Nacional Fascista
PP	Partido Peronista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSR	<i>Partiya Sotsialistov-Revolyutsionerov</i> (Partido Social-Revolucionário)
PVPDE	Polícia de Vigilância Pública e Defesa do Estado
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
SED	<i>Sozialistische Einheitspartei Deutschlands</i> (Partido Socialista Unificado da Alemanha)
SPD	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i> (Partido Social-Democrata da Alemanha)
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
UCR	<i>Unión Cívica Radical</i> (União Cívica Radical)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 A DEMOCRACIA	31
1.1 DEMOCRACIA DIRETA	33
1.2 DEMOCRACIA INDIRETA OU REPRESENTATIVA	38
1.3 DEMOCRACIA SEMIDIRETA OU PARTICIPATIVA	45
2 FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO	49
2.1 NATUREZA DO ESTADO ANTIGO.....	49
2.2 FRAGMENTAÇÃO DO PODER POLÍTICO.....	60
2.3 REVOLUÇÃO INGLESA E MONARQUIA CONSTITUCIONAL.....	65
2.4 INDEPENDÊNCIA NORTE-AMERICANA E CONSTITUIÇÃO.....	72
2.5 REVOLUÇÃO FRANCESA E DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO	75
2.6 DEMOCRACIA LIBERAL CONSTITUCIONAL E DIREITOS SOCIAIS	83
3 GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XX E TRANSIÇÃO DE MILÊNIO.....	91
3.1 IMPERIALISMO E CONFLITOS IDEOLÓGICOS	91
3.2 DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESTADOS	103
3.3 IMPACTO DO TERRORISMO TRANSNACIONAL	109
4 O FENÔMENO POPULISTA.....	124
4.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	125
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO POPULISMO	142
4.3 MANIFESTAÇÕES DO POPULISMO NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA ...	149
CONCLUSÕES	157
REFERÊNCIAS.....	169

INTRODUÇÃO

A tomada de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, pelos Turcos Otomanos, no ano de 1453, é considerada pelos historiadores como o marco representativo do fim da Idade Média e início da Idade Moderna.

Nesse período, na Europa ocidental, o processo de formação dos Estados modernos, iniciado em meados do século XII, progredia rumo à consolidação no modelo de monarquias nacionais.

O passar do tempo conduziria essa forma de governo à experiência do Absolutismo, em que a concentração de poderes na pessoa do monarca, levaria Luís XIV, Rei da França, a proferir a máxima: *“L’État c’est moi”*.

A contrapartida a um governo de excessos dessa magnitude, que exaltava os feitos expansionistas e sustentava uma nobreza abastada, eram as condições de pobreza e penúria impostas ao povo durante séculos, e que culminaria com a deflagração da Revolução Francesa, de 1789, lastreada nos ideais do Iluminismo e da Declaração de Independência Norte-Americana, de 1776, que destituiu a monarquia e aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Assim como a Revolução Inglesa do século XVII e a Guerra de Independência Norte-Americana, a Revolução Francesa seria um marco das lutas em favor da consolidação dos direitos de liberdade contra um governo opressor, lançando as bases para a formação de Estados lastreados em princípios democráticos, mesmo que essa condição ainda tardasse anos a ser atingida na própria França...

Na verdade, essa menção histórica conduz à reflexão acerca das dificuldades enfrentadas até que os direitos e garantias fundamentais fossem paulatinamente incorporados aos sistemas normativos contemporâneos, buscando-se a dosimetria do exercício do poder e o direcionamento dos Estados na realização do bem comum.

No decorrer dos séculos XIX e XX, guerras foram travadas, revoluções tomaram curso, golpes de Estado e mudanças de sistemas políticos permeados por ferrenhos embates ideológicos se sucederam, o crime organizado e o terrorismo alcançaram amplitude internacional, e entre progressos alcançados e retrocessos, a despeito dos avanços na área da saúde, da produção de alimentos e da tecnologia, muitos países ainda carecem da regulamentação e implementação dos direitos e garantias fundamentais, tanto quanto subsiste a impossibilidade de participação nas decisões políticas, seja diretamente ou por intermédio de representantes eleitos.

Não obstante, as tensões políticas que têm permeado o atual momento histórico, calcadas na discussão acerca dos sistemas eleitorais; da legitimidade, idoneidade e capacidade dos governantes em corresponder às expectativas do corpo eleitoral resgataram ao protagonismo dos debates acadêmicos as especulações sobre o **populismo**, sua extensão e efeitos, enquanto fenômeno originário do século XIX, que se desenvolveu no curso do século XX e que ganhou maior força no início do século XXI.

Nos mais diversos recantos do planeta, dos Estados Unidos à América Latina, na Europa ocidental e no leste europeu, no Oriente Médio, na África Subsaariana, na Oceania e na Ásia, agentes políticos que integram o governo, seus opositores e candidatos a cargos eletivos são associados ao populismo, sob distintas orientações ideológicas, suscitando uma série de dúvidas e variadas interpretações quanto ao real significado dessa expressão e sua caracterização enquanto fenômeno.

Nos Estados Unidos, as ações e pronunciamentos do Presidente Donald Trump contra a presença de **imigrantes** no país e em favor da adoção de **medidas protecionistas** das empresas nacionais estão sendo frequentemente associadas a uma postura populista, que poderia colocar em risco a democracia e as relações internacionais norte-americanas.

Na Europa ocidental, os efeitos da crise econômica de 2011, aumentaram a cobrança sobre os governos, ampliando o sentimento de insatisfação popular, associado à ideia de que a globalização e as ondas de imigrações para o continente prejudicavam a população local, gerando desemprego e redução da qualidade de vida, criando condições para o fortalecimento de movimentos sociais, lideranças e partidos políticos de **orientação extremista**, que têm sido identificados como adeptos de práticas populistas.

Na Alemanha, nas eleições de setembro de 2017, o partido *Alternative für Deutschland* [Alternativa para a Alemanha (AfD)], criado em 2013, e orientado por ideias contrárias à manutenção da zona político-econômica do Euro e às imigrações para a Alemanha, conquistou, na segunda eleição disputada, 92 assentos no *Deutscher Bundestag* (Parlamento Federal Alemão), assumindo a condição de terceira maior bancada, superando o *Freie Demokratische Partei* [Partido Democrático Liberal (FDP)] e os *Bündnis 90/Die Grünen* (Aliança 90/Os verdes).¹

A conquista da AfD segue paralelamente à expansão da organização *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* [Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente (PEGIDA)], fundada em 20

¹ O *Deutscher Bundestag* atingiu a composição de 709 parlamentares nas eleições de setembro de 2017, com a representação de sete partidos, além de dois parlamentares independentes, na seguinte composição: 246 parlamentares integrantes da coligação *Christlich-Demokratische Union* [União Democrata-Cristã (CDU)] e *Christlich-Soziale Union* [União Social-Cristã (CSU)]; 153 parlamentares do *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* [Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD)]; 92 parlamentares da AfD; 80 parlamentares do FDP; 69 parlamentares da *Die Linke* (A Esquerda) e 67 parlamentares da *Bündnis 90/Die Grünen*. Disponível em: <https://www.bundestag.de/parlament/plenum/sitzverteilung_19wp>. Acesso em: 07 jul. 2018.

de outubro de 2014 na cidade de Dresden, que entre outras manifestações, (i) responsabiliza o governo alemão pela escolha de uma **política econômica que empobrece** a classe trabalhadora e a classe média, desperdiçando os recursos públicos; (ii) reivindica o fim do **fanatismo político ou religioso**, do radicalismo, da islamização e da sexualização; e (iii) clama pela criação e aplicação rigorosa da **lei de imigração** segundo aspectos demográficos, econômicos e culturais, privilegiando uma imigração qualitativa, ao invés da atual imigração em massa quantitativa.²

Por outro lado, as mesmas críticas ao governo e às medidas econômicas de natureza liberal, conduziram Hugo Chávez à vitória nas eleições presidenciais da Venezuela em 1998, contabilizando 56,2% dos votos.³ Sustentando um **discurso anti-imperialista**, tendo como alvo principal os Estados Unidos da América (EUA) juntamente com a denominada “**elite política corrupta**” que dirigia o país há quarenta anos, Chávez promoveu reformas políticas que consolidaram seu poder por intermédio da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, garantindo a supremacia do Poder Executivo pela prerrogativa da edição de decretos com força de lei; dissolução do Senado; e substituição sistemática de opositores no Tribunal Supremo de Justiça. Com o falecimento de Chávez em 2013, o discurso centrado em promover a revolução socialista bolivariana foi assumido pelo seu substituto, Nicolás Maduro, que não sendo detentor do mesmo carisma de Chávez tem enfrentado a resistência da oposição com medidas autoritárias em escalada crescente.

Representante do conservadorismo religioso e inserido na atividade política desde 1994, quando foi prefeito da cidade de Istambul, Recep Tayyip Erdogan, do *Adalet ve Kalkınma Partisi* [Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP)] foi primeiro-ministro da Turquia por 12 anos, sendo eleito presidente do país em agosto de 2014. Em 16 de abril de 2017, Erdogan

² Cf. PEGIDA. **Teses de Dresden**, Dresden, 20 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.pegida.de/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

³ VENEZUELA: as 14 eleições da era Chávez. **France Presse**, Caracas, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/09/venezuela-as-14-eleicoes-da-era-chavez.html>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

promoveu um referendo na Turquia visando à substituição do sistema parlamentarista pelo sistema presidencialista, no qual se sagrou vitorioso.⁴ Utilizando-se de um discurso voltado para o resgate das tradições religiosas e o fortalecimento do país para a defesa contra **inimigos externos**, considerados os terroristas e separatistas curdos; e **internos**, associados aos defensores do Estado laico, Erdogan disputou e venceu as eleições unificadas em 24 de junho de 2018, garantindo a disputa de uma reeleição em cinco anos.⁵

Rodrigo Duterte, eleito presidente das Filipinas em 2016, alcançou o governo utilizando o discurso da “lei e ordem”, pregando o enfrentamento ao narcotráfico e ao terrorismo patrocinado pelo grupo fundamentalista Abu Sayyaf, ligado ao Estado Islâmico. Após um ano, a estratégia de Duterte de “**guerra às drogas**” já teria ceifado a vida de cerca de 3.500 pessoas, todavia o índice de aprovação do governo do presidente nesse período atingia a ordem de 82%, alavancado por um crescimento de 6,9 % no Produto Interno Bruto (PIB).⁶

Com efeito, a expansão do fenômeno populista, sustentado pelo discurso da **fratura social**, pode ser associada a líderes e partidos políticos das mais variadas tendências políticas e orientações ideológicas, como Beppe Grillo, na Itália; Jaroslaw Kaczynski na Polônia; Rafael Correa, no Equador; Evo Morales, na Bolívia; Alberto Fujimori, no Peru; Viktor Orbán, na Hungria; Daniel Ortega, na Nicarágua; o Podemos, na Espanha e o Syriza, na Grécia.

⁴ Cf. REFORMA que amplia poderes do presidente é aprovada em referendo na Turquia; oposição pede recontagem de votos. **G1**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/termina-na-turquia-votacao-do-referendo-que-pode-aumentar-poderes-do-presidente-erdogan.ghtml>>. Acesso em 07 jul. 2018. VEJA quem é o presidente Erdogan e sua corrida desenfreada pelo poder na Turquia. **G1**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-quem-e-o-presidente-erdogan-e-sua-corrida-desenfreada-pelo-poder-na-turquia.ghtml>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

⁵ BERCITO, Diogo. Presidente Erdogan vence eleições na Turquia. **Valor Econômico**, Istanbul, 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/5615741/presidente-erdogan-vence-eleicoes-na-turquia>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

⁶ LAVADO, Thiago; OLIVEIRA, Carol. Chamado de Trump das Filipinas, Duterte faz um ano na presidência. **Exame**, São Paulo, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/as-polemicas-de-duterte-o-hitler-das-filipinas/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

Isso posto, emerge a **situação problemática** a ser enfrentada, que remete aos **efeitos que a ascensão do populismo pode produzir sobre as democracias** contemporâneas e sobre todas as conquistas decorrentes desse regime de governo, seja em relação ao acesso da população aos cargos eletivos, o direito de escolher seus representantes, a perspectiva do respeito aos direitos e garantias fundamentais, erigida sobre os princípios da liberdade e da igualdade, bem como de uma concepção pluralista da sociedade, em face de um **discurso populista** que usualmente assume **natureza fragmentária**, potencializando o incentivo ao ódio e delineando um caminho que possa conduzir à intolerância e ao autoritarismo.

De fato, a realidade nacional não diverge dessa conjectura e a frustração diante da incapacidade dos governos que têm se sucedido em promover a concretização dos direitos fundamentais, sobretudo quanto aos direitos sociais de acesso à saúde, educação, segurança e moradia, promovendo melhorias na qualidade de vida da população, agravada pelos reflexos da globalização, do desemprego e da crise econômica de 2011, cujos efeitos se reproduziram no Brasil, rompendo o ciclo de prosperidade e retomada do desenvolvimento com a estabilidade econômica alcançada na segunda metade da década de 90, no final do século XX, tem promovido a exposição das **fragilidades da democracia brasileira**, cedendo espaço para que o discurso populista que se alastra pelo mundo, retorne fortalecido.

Inúmeros casos de ilicitude envolvendo agentes políticos, como superfaturamento na execução de obras públicas, recebimento de recursos ilícitos para o financiamento de campanhas eleitorais, favorecimento dos detentores do poder econômico na elaboração de leis e implementação de políticas públicas, desvio de verbas públicas para a obtenção do apoio de parlamentares na aprovação de projetos, caso que ficou conhecido como “mensalão”, servem diariamente como propulsores do discurso que denuncia a atual **“elite política”** como responsável pela espoliação do Estado e do **“povo brasileiro”**, a exemplo do que ocorre em outros países, observadas suas peculiaridades político-sociais.

A **perda de credibilidade** nos governos democráticos, o **distanciamento** dos representantes eleitos do corpo eleitoral, ensejando a falta de sensibilidade para com os anseios populares e o **ceticismo** quanto à política seguem em plena expansão entre diversos países, trazendo à tona o desejo de soluções mais rápidas e efetivas, que, trabalhadas sob a vertente do **discurso populista**, expõem **ideologias** que tendem a se aproximar de regimes autoritários ou totalitários, suscitando os seguintes problemas:

- 1) O que é o populismo, qual a sua extensão e efeitos sobre a democracia?
- 2) Quais os elementos do discurso populista e como o populismo se manifesta na atual conjuntura política?

Diante do problema apresentado, admite-se por **hipótese** que o **populismo**, enquanto **fenômeno** dotado de características específicas, e enquanto **instrumento** movido por um discurso próprio, porém adaptável a diferentes posicionamentos ideológicos, ressurgiu no início do século XXI em franco processo de expansão *(i)* com o advento da globalização, do desenvolvimento tecnológico e da crise econômica de 2011, que afetou as condições de vida de milhões de pessoas em todo o mundo; *(ii)* com o aumento da velocidade da informação, sobretudo quanto aos meios de comunicação de massa, notadamente a internet e as mídias sociais, que passaram a expor com maior acuidade as mazelas inerentes ao meio político, demonstrando sua face mais sombria em relação ao envolvimento e acobertamento de ilicitudes, ao desvio de funções dos agentes políticos, que se afastam do objetivo central de promoção do bem comum e de realização dos anseios da sociedade, em favor da promoção de mecanismos fisiológicos, de perpetuação no poder e de benefícios pessoais, aumentando a insatisfação popular com o atual cenário político e com os resultados apresentados pelos governos democráticos.

Em consequência, verifica-se que o populismo, a depender da **motivação da liderança** que se apropria de suas práticas e da **espécie de discurso** que a motiva, **pode** se materializar em alguma sorte de benefício, ao

promover (i) a **integração** de setores da sociedade excluídos da participação política; e (ii) facilitar a implementação de políticas públicas que estejam alinhadas aos **anseios populares**, como pode ser identificado nas linhas gerais que seriam associadas ao fenômeno, quando de seu surgimento nos Estados Unidos, no século XIX.

Em contrapartida, o efeito perverso do fenômeno populista se manifesta diante do **discurso segregador** que estimula ao ódio, que tem permitido corroborar e legitimar a **intransigência** e a inclinação para regimes de governo **autoritários e/ou totalitários**, de orientação ideológica nacionalista e/ou conservadora, tanto quanto progressista/revolucionária, de acordo com a realidade social do país em que estiver sendo levado a efeito, de modo que, nessas condições, incide diretamente contra as bases da democracia liberal, da tolerância, da liberdade de expressão e de todos os demais benefícios que lhe são correlatos.

Assim, o **objetivo geral** desta pesquisa consiste em promover um estudo do populismo, identificando sua natureza e sua manifestação nos Estados democráticos e não-democráticos.

Ao seu turno, admitem-se como **objetivos específicos**:

- 1) Apresentar as razões do surgimento e da ascensão do populismo na atual conjuntura política;
- 2) Identificar os efeitos do populismo sobre os regimes de governo e o cenário internacional;
- 3) Realizar a distinção entre populismo e discurso populista, seja como fenômeno ou instrumento;
- 4) Discorrer sobre as diferentes orientações que o populismo e o discurso populista podem assumir devido à sua conexão ideológica;

5) Verificar o impacto das ações e do discurso populista utilizados por detentores do poder e candidatos em Estados democráticos e não-democráticos.

Destarte, a **relevância da pesquisa** repousa na necessidade de estudar as razões que têm permitido a **ascensão do populismo** na atual conjuntura, ao mesmo tempo em que o **afastamento**, a **frustração** e o **ceticismo** com a política estão se infundindo em diversos países do mundo, cujas **populações não têm identificado a capacidade dos governos democráticos em atender às suas expectativas**, sobretudo diante dos efeitos da **crise econômica** e da recorrente exposição das **patologias da democracia**, conferindo a oportunidade para que o espaço público seja ocupado por partidos, candidatos e políticos que reproduzem **discursos segregacionistas ou disruptivos**, sustentados por ideologias que tendem a regimes de governo diversos e que, outrora, impulsionaram a ocorrência de guerras bem como o desrespeito aos direitos e garantias fundamentais.

Em conformidade com a proposta, trata-se de **pesquisa aplicada explicativa**, com **método de abordagem dedutivo**, para análise e formulação de proposições sobre as quais haja doutrina consolidada, e **indutivo**, para a elaboração de propostas sobre as quais o entendimento não seja pacífico; e **método de procedimento bibliográfico documental, dissertativo-argumentativo**, lastreado nas doutrinas do direito constitucional e da teoria do estado, considerando ainda referências da ciência política, teoria política, filosofia política, economia política, psicologia política e sociologia, além de descrições extraídas de fontes jornalísticas que permitam evidenciar a caracterização do cenário político.

O propósito do **Capítulo 1** é (i) discorrer acerca da democracia enquanto regime de governo, apresentando seus valores e características; (ii) apresentar a evolução da democracia desde sua concepção, analisando (a) a democracia direta e as possibilidades de sua aplicação; (b) as causas que

ensejaram a adoção da democracia representativa ou indireta; e (c) a evolução para a democracia participativa ou semidireta.

O **Capítulo 2** permite analisar (i) o processo histórico de formação do Estado, partindo da sua concepção na Antiguidade até as causas de superação do modelo; (ii) a fragmentação política da Idade Média e as consequências advindas da confrontação entre o poder eclesiástico e o poder temporal; (iii) a centralização do poder político e a formação dos Estados Modernos, bem como sua modificação a partir dos movimentos revolucionários dos séculos XVII e XVIII; e (iv) a consolidação do modelo das democracias liberais a partir do constitucionalismo.

O **Capítulo 3** visa promover a identificação (i) das forças ideológicas e políticas que moldaram o cenário internacional no início do século XX; (ii) dos efeitos dos principais conflitos e movimentos revolucionários na configuração dos Estados; (iii) da emergência das novas potências mundiais; (iv) do surgimento da ameaça terrorista transnacional; e (v) da pressão social sobre as democracias liberais diante da sensação de insegurança.

Finalmente, o **Capítulo 4** realiza (i) um estudo populismo, partindo das controvérsias quanto à inexistência de consenso quanto à sua definição; (ii) a análise da evolução histórica do fenômeno; (iii) a identificação de suas características básicas, incluindo os conceitos de “povo”, “elite”, “vontade geral” e “crise permanente”; (iv) a especificação dos elementos inerentes ao discurso populista; (v) a definição dos pressupostos materiais e subjetivos que integram a personificação da liderança populista; e (vi) a exposição das razões que levaram à ascensão do populismo, nas vertentes nacionalista e/ou conservadora e progressista/revolucionária, diante das dificuldades impostas às democracias, assim como os efeitos desse fenômeno.

CONCLUSÕES

Entre todos os valores que condicionam a vida humana, a **liberdade** ocupa a posição mais elevada. Somente a liberdade é capaz de permitir ao indivíduo expressar-se em plenitude, seja com a natureza, seja nas relações com os seus semelhantes.

A autodeterminação dos povos, princípio amplamente difundido e aceito no direito internacional reconhece o direito de todos os povos, de se **autogovernar** e buscar as melhores condições para o seu **desenvolvimento** político, econômico, social, cultural e até mesmo religioso, diante do espaço global.

Entretanto, o alcance dessa condição de desenvolvimento perpassa, necessariamente, por questões de **ordem interna**, uma vez que, a autodeterminação de um conjunto plural, o povo, depende da formação de um entendimento do que aquele agrupamento de indivíduos juridicamente organizado em um determinado território almeja; e também de **ordem externa**, na medida em que essa pretensão encontra, no mesmo direito que lhe é reconhecido, uma limitação em relação às demais nações, para que não lhes restrinja o mesmo direito, suscitando as discussões acerca das formas e regimes de governo que o Estado assume para o direcionamento da sociedade.

As formas de governo, ao seu turno, expressam desde a Antiguidade a tensão recorrente da relação entre **poder** e **liberdade**, tanto na capacidade do indivíduo de se autodeterminar na esfera social; quanto na necessidade de acatar os limites impostos pelo convívio em sociedade, respeitando os direitos dos demais; assim como diante da possibilidade/preensão de participar ativamente da decisão que será tomada quanto aos planos que serão traçados pelo agrupamento social que integra, de modo que sejam asseguradas medidas que considera pertinentes, justas e necessárias para garantir a sua sobrevivência e proporcionar melhor qualidade de vida.

Essa relação teria resultado no desenvolvimento das formas tradicionais de governo da monarquia, da aristocracia e da democracia. De fato, a evolução das sociedades humanas não apenas forneceu condições para que cada uma dessas formas fosse experimentada, entre suas mais diversas variações e composições conjuntas, como permitiu escolhas e análises a respeito das vantagens e desvantagens de cada uma delas, ora consideradas em relação à prevalência da **liberdade** e do **indivíduo**, ora consideradas em relação à preponderância do **agrupamento coletivo**, mas o desafio de encontrar a melhor forma de conciliar as diferenças entre a orientação individual e sua eventual dissonância com o agrupamento social persistiram e continuam a ocupar a invenção humana.

A teoria desenvolvida por Aristóteles, partindo das virtudes humanas para a formação dos governos discorria sobre o inevitável destino de se alcançar o **modelo democrático**, tomando em consideração a quantidade de homens virtuosos que poderiam, e na concepção grega de cidadania deveriam, partilhar da decisão política que definiria os rumos a serem seguidos pela sociedade, no caso específico, o Estado, razão pela qual defendeu que inicialmente a monarquia teria surgido, na medida em que os agrupamentos sociais eram pequenos e poucos homens reuniam a virtude necessária para exercer a liderança, mas com o crescimento da população, o número de homens virtuosos teria crescido, levando à substituição da monarquia pela aristocracia, atingindo um ponto em que o direito de participação na decisão política necessitaria ser partilhado entre muitos homens tornando-se exigida a democracia.

Partindo-se do modelo da **democracia direta** ateniense, a despeito das limitações impostas pelo critério de cidadania, verificou-se que sua aplicabilidade alcançava eficácia em formações sociais de menor contingente populacional, como na cidade-Estado de Atenas, porém tornando-se inviável à medida que os Estados Nacionais foram se consolidando, tomando-se de maiores dimensões territoriais e populacionais. Países de pequenas dimensões e de forte tradição democrática, como a Suíça, mantém o sistema em funcionamento,

apesar de ser restrito, em sua forma originária, a poucos cantões, atingindo ao final, uma configuração próxima ao modelo de democracia participativa, mas com amplos e eficientes mecanismos de participação popular.

A inviabilidade de aplicação da democracia direta, tanto pela ampliação das dimensões dos Estados quanto pela própria alienação da população, obrigou ao desenvolvimento de uma forma que permitisse a participação popular no poder, e que contornasse a impossibilidade de manifestação direta, ensejando as condições para o desenvolvimento da **democracia indireta ou representativa**.

A ideia de que o povo escolhesse representantes para que pudessem, em seu nome, reunir-se e deliberar sobre os destinos a serem perseguidos pela sociedade, apesar de inevitavelmente implementada, suscitou muitas controvérsias, principalmente quanto à obrigatoriedade de vinculação do posicionamento do representante em exprimir exclusivamente a vontade de seus eleitores em oposição à independência de seu posicionamento enquanto representante de todo o agrupamento social, devendo, portanto, colocar os **interesses gerais da nação** acima de interesses de grupos particularizados. Apesar da prevalência do segundo entendimento, seus articuladores, entre os quais se encontravam Edmund Burke e Emmanuel Joseph Sieyès, sofreriam muitas críticas, chegando a serem penalizados pelo eleitorado diante de sua independência.

Ao mesmo tempo, outras dificuldades despontaram diante (i) das limitações artificialmente criadas para a participação popular na escolha dos representantes e das restrições impostas aos indivíduos para o exercício da representação, incidindo diretamente sobre os critérios de cidadania ativa e passiva; e (ii) dos sistemas eleitorais, idealizados segundo uma ampla variedade de formas que ora tendem a privilegiar a representação majoritária, ora a proporcional. De qualquer forma as críticas foram sempre convergentes em apontar que os critérios de participação política tanto quanto os sistemas

eleitorais foram, e têm sido, reiteradamente moldados com o objetivo de favorecer determinados setores da sociedade.

Entre tantas críticas e dificuldades, restava a contundente alegação de que a **democracia representativa** teria **subtraído ao povo a sua soberania**, em favor de uma **elite política** aristocrática que efetivamente exerceria o **poder**.

As limitações e críticas à democracia representativa teriam gerado a necessidade de se buscar um aprimoramento que conduziu à **democracia semidireta ou participativa**, segundo a qual foram agregados ao sistema de representação, **instrumentos de participação direta** no processo político decisório, a fim de garantir que, em circunstâncias específicas e determinantes à toda a sociedade, a **deliberação em última instância retornasse ao povo**, manifestando-se através do referendo e do plebiscito, ou exercendo os direitos de iniciativa popular, revogação e veto, tratando-se, pois, de ação destinada a resgatar a **soberania do povo**.

Todavia, entre a formulação de uma teoria, sua implementação e a produção de resultados efetivos exigem-se muito tempo, esforço, disposição e fidelidade aos objetivos, sobretudo diante das inevitáveis adversidades promovidas por forças opositoras internas, tanto quanto externas, conforme se verifica no árduo caminho percorrido para o reconhecimento dos **direitos fundamentais**, que apesar de ainda hoje carecerem de condições para sua real e efetiva materialização, impuseram as condições de **limitação ao poder** que permitiram a formação das **democracias liberais** contemporâneas.

Embora na Antiguidade clássica prevalecesse a ideia da cidadania como capacidade de ampla participação política do indivíduo nas decisões do agrupamento coletivo, chegando a representar, mais do que um direito, uma obrigação, seus efeitos seriam gradativamente reduzidos diante da

modificação nas relações de poder e da composição de estruturas sociais e políticas complexas, que envolveriam o indivíduo em sua totalidade, retirando-lhe a capacidade de autodeterminação.

Assim ocorreria, ainda na Antiguidade, diante da afirmação do poder religioso sobre a orientação individual, tanto quanto durante a Idade Média, com o fortalecimento da Igreja Católica na condição de autoridade universal a deliberar sobre a conduta humana; diante da fragmentação do poder político, submetendo os homens ao regime da servidão e aos arbítrios de uma justiça privada, da mesma forma que se verificaria a partir da consolidação do movimento contrário, que resultou na concentração dos poderes absolutos na monarquia, sujeitando a vida humana aos caprichos despóticos.

Finalmente os excessos e arbitrariedades desse regime sucumbiram diante da deflagração da Revolução Inglesa do século XVII, da Guerra de Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa, motivadas pelo direito de resistência à opressão e a conscientização política, reconstruídos sobre os princípios humanistas e iluministas, mas também em razão dos interesses econômicos, cujo grau de importância se tornaria cada vez maior diante das decisões políticas.

Como resultado, a Declaração de Direitos de Virgínia, a Declaração de Independência Norte-Americana e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, permitiriam o **reequilíbrio entre o poder e a liberdade**, ao enunciarem o rol de direitos inalienáveis e indisponíveis que seriam inseridos nas constituições na forma dos direitos fundamentais, impondo limites ao exercício do poder estatal em favor do respeito às liberdades civis, e que acrescidas aos direitos de participação política, resultariam na fundação da **Democracia Liberal Constitucional**.

Com efeito, as incessantes transformações da sociedade, não permitiriam a submissão a um modelo estático, e a mudança nas relações econômicas advindas da Revolução Industrial acentuaram a contradição entre as proposituras do Estado Liberal, que defendia a liberdade e a igualdade formal, mas que presenciava parcelas significativas da população vivendo em condições sub-humanas, incapazes de alcançar padrões mínimos de dignidade, levando à evolução do modelo para a incorporação de **direitos sociais** ao rol de liberdades civis e políticas, modificando a feição do Estado não-interventor, para um Estado ativo e provedor de direitos, que permitissem equilibrar as condições sociais de indivíduos em situação de hipossuficiência, visando alcançar, senão uma igualdade material, condições mínimas de justiça social, formando o **Estado de Bem-Estar Social**.

As pressões sobre a Democracia Liberal persistiriam durante o século XX, particularmente diante do período que permeou a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, no qual uma série de acontecimentos resultou: (i) na formação do **Estado Socialista**, decorrente do desenvolvimento da ideologia socialista e a consequente eclosão da Revolução Russa, de 1917, em oposição ao regime absolutista que resistia no país; (ii) no questionamento da economia liberal, enquanto uma das bases de sustentação das Democracias Liberais, em razão do forte impacto na economia mundial decorrente da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929; (iii) na formação do **Estado Totalitário Nazista**, na Alemanha, e do **Estado Totalitário Fascista**, na Itália, como resultado da expansão de ideologias que buscavam na centralização de poderes políticos uma resposta às dificuldades econômico-sociais que afligiam suas populações.

Dentre os principais fatores a serem considerados quanto à ascensão desses novos modelos de Estados em substituição às democracias liberais importa destacar: (i) a incapacidade dos modelos políticos pré-existentes em atender às demandas da população; (ii) à falta de identificação entre os interesses dos governos e os interesses populares; (iii) às dificuldades econômicas que seguiam crescentes diante das guerras constantes; (iv) o sentimento de frustração e orgulho ferido diante de campanhas em guerras não

exitosas e/ou da imposição de sanções onerosas pelas nações vencedoras sobre as vencidas; e (v) o sentimento de insegurança diante de novos conflitos.

Ao término do período de conflito mundial, a despeito da continuidade de regimes totalitários na Europa, como ocorria em Portugal e Espanha, os Estados Totalitários de orientação Nazista e Fascista foram suprimidos, e acentuou-se o antagonismo entre as Democracias Liberais Ocidentais e o Estado Socialista Soviético, cujo modelo construído após a Revolução Russa, seria reproduzido pelo leste europeu e outros países na África e Ásia, polarizando o mundo na Guerra Fria, que perduraria até a queda da URSS em 1991. Entretanto, nesse momento, uma onda de democratização de países já estaria em curso desde 1974, atestando o que se imaginaria como um reconhecimento das democracias liberais como a evolução final do Estado.

A euforia da prevalência da ideologia liberal sobre a ideologia socialista e o final da Guerra Fria seriam, entretanto, rapidamente substituídos, no início do século XXI, pelos embates orientados em razão das distinções culturais e de orientação religiosa, em conformidade com um mundo no qual a tecnologia e o desenvolvimento dos transportes não encontram mais fronteiras, evidenciando a incompatibilidade de valores e visões de mundo, e revivendo um conflito latente, há tempos verificado, desde o advento das cruzadas, que ressurgiria na vertente do terrorismo transnacional.

O advento do terrorismo transnacional provocou forte impacto na opinião pública internacional, particularmente diante de sua característica randômica, por não ficar adstrito a uma porção territorial, como nos casos das guerras tradicionais, concorrendo para disseminar um sentimento generalizado de insegurança que remete à incapacidade do poder público de garantir a segurança em âmbito mundial.

Ao mesmo tempo, as crises econômicas de 2008-9, denominada de “Grande Recessão” deflagrada nos EUA com a quebra de bancos e instituições financeiras, e de 2011-12, referente ao aumento da dívida pública na Europa e a insolvência da Grécia, produziram efeitos significativos quanto ao aumento do desemprego, redução de salários, recrudescimento nas regras de concessão dos benefícios de previdência social e aposentadoria em todo o mundo, impactando particularmente na Europa Ocidental, onde opuseram parceiros anteriormente estabelecidos em consenso, causando atritos que chegaram a colocar em risco o projeto da União Europeia, e que suscitaram a perspectiva de abandono da moeda comum instituída.

Esse cenário, agravado pelas fragilidades e patologias que têm incidido sobre as democracias liberais e que têm sido objeto de exposição incessante pela mídia, incluindo (i) um sentimento generalizado de ilegitimidade da representação democrática a partir de fraudes no processo eleitoral; (ii) o descompasso entre a representatividade e as aspirações populares; (iii) os escândalos de corrupção e interferência do poder econômico nas campanhas eleitorais; (iv) o excesso de burocracia; (v) o aparelhamento ideológico de órgãos e instituições; (vi) o descrédito do Estado e das autoridades constituídas, considerados ineficientes; (vii) a alienação, desilusão e ceticismo da população com a política; (viii) a ausência de renovação das lideranças políticas tradicionais; (ix) a falta de consciência política e o afastamento do exercício da cidadania; (x) o fisiologismo político e partidário; (xi) o desvio de finalidade dos Poderes e órgãos do Estado; (xii) a influência do poder econômico e dos grupos de pressão no processo decisório e nas ações do Estado; (xiii) o desequilíbrio e choque entre os Poderes Constitucionais; (xiv) a judicialização da política; e (xv) a inércia e morosidade do Legislativo, repetem muitas das condições outrora verificadas na primeira metade do século XX, que precipitaram o mundo em um conflito sem precedentes, e que, na atualidade, têm permitido a ressurgimento do **fenômeno do populismo** nas democracias contemporâneas.

O fenômeno populista manifestou-se, outrora, em sua configuração clássica, como decorrência de um momento de transição entre

sistemas econômicos que contrapunham visões tradicionalistas e modernizantes, mas tomando por fundamento sempre os interesses populares, reunidos sobre uma compreensão muito específica de **povo**, compondo o núcleo em torno do qual a ideologia é construída.

A aspiração ideológica do populismo poderia ser identificada diante da elaboração de um modelo integrativo em que o povo assume características variáveis em conformidade com o elemento que lhe é colocado como opositor, **as elites**. Particularmente, as elites são consideradas como aquela parcela de indivíduos que atua em contrariedade aos interesses do povo, permitindo, ou mesmo promovendo, a sua exploração e, portanto, configurando a causa de impedimento para a afirmação e desenvolvimento do povo.

Dessa forma, resta estabelecida a relação de antagonismo irreconciliável que caracteriza o ambiente político, segundo uma relação amigo/inimigo, na qual o povo, de caráter límpido e puro, detentor originário da soberania e portador de uma **vontade geral**, sofre a usurpação de uma elite ilegítima, corrupta e fisiológica, que se apropria do poder e que atua em desconformidade com as aspirações populares.

Assim, a ideologia populista encontra a perspectiva para disseminar a ideia de que uma democracia real somente é possível em unicidade com o povo, e não por intermédio de representantes, mas de **forma direta**, através do **líder** que seja parte do povo, que tenha a sua aceitação natural, e que identifique em sua pessoa o próprio povo, tornando-se apto a externar a vontade geral.

Ocorre que nessas condições, a encarnação de uma vontade geral se desdobra na relativização da importância das demais instituições democráticas, em favor da proeminência do líder, **autoridade máxima** a quem deve ser dedicada **total lealdade** e o poder de **decisão final**, por ser o detentor

da **soberania popular**, justificando, por conseguinte, a tendência à formação de **governos autoritários ou totalitários** segundo a **ideologia populista**.

Por fim, sendo certo que pela concepção populista, o conceito de povo é extremamente flexível, o populismo e seus instrumentos de ação, quais sejam (i) o discurso populista; (ii) a personificação do poder pela liderança carismática, e (iii) a conexão direta com as massas, são objeto de **apropriação por outras correntes ideológicas**, que formatam o conceito de povo consoante sua compreensão particularizada para promover a fratura social decorrente do conflito amigo/inimigo, potencializando os efeitos de sua ação. Sob essa perspectiva, o populismo pode assumir as vertentes de **nacional-populismo**, **populismo-revolucionário** ou mesmo **populismo democrático**.

Como desdobramento, verifica-se que o populismo pode produzir **efeitos positivos** quando considerados sob a ótica da integração de setores excluídos da sociedade no que concerne à participação política e econômica, tanto quanto à implementação de políticas públicas que atendam aos interesses da população.

Entretanto, o **efeito colateral** e indiscutível, remete a uma **supressão das liberdades**, em favor de um **governo autoritário ou totalitário**, o que representa um elemento de contradição e retrocesso em relação às conquistas alcançadas com a constituição das democracias liberais.

De fato, a evolução dos regimes democráticos tem ocorrido sob a perspectiva de buscar soluções para os desafios da contemporaneidade que têm assolado a população, diante da morosidade, e muitas vezes inércia do poder político em responder aos anseios e frustrações da sociedade.

A solução ideal apresenta-se distante de ser encontrada, sendo certo que as transformações sociais ininterruptas potencializam o desencanto

com os atuais regimes de governo, particularmente no que concerne às democracias liberais, que se encontram amplamente desacreditadas, cedendo espaço a governos populistas fragmentários que, não hesitam em se converter em regimes autoritários ou totalitários.

A disponibilidade de instrumentos de consulta popular pode apresentar uma oportunidade de recuperar o interesse participativo dos cidadãos na elaboração de políticas públicas e produções normativas, fomentando o valor da cidadania e promovendo melhorias na forma de atuação dos representantes, reduzindo a ocorrência de desvios e melhorando a resposta na prestação dos serviços públicos.

De qualquer forma, não há que se descuidar das conquistas alcançadas a partir da consolidação dos direitos fundamentais, que não podem ser desconsiderados sob o pretexto de se ceder ao clamor das massas estimuladas pelo populismo, tampouco aos avanços tecnológicos.

No momento em que os dispositivos móveis e computadores portáteis se popularizam e se tornam cada vez mais acessíveis, as propostas de utilização de instrumentos de consulta popular por intermédio do espaço virtual também assumem caráter crescente.

Todavia, os riscos de macular a assepsia da manifestação individual diante do desconhecido e inovador espaço virtual parecem preponderar em detrimento de eventuais benefícios que poderiam acarretar.

Prudência e comedimento, acompanhados das devidas regulamentações que permitam a exploração segura do espaço virtual podem representar a melhor alternativa no momento, a fim de que a velocidade da tecnologia não venha a comprometer inadvertidamente a estabilidade política e os direitos adquiridos.

Um estado legitimamente democrático exterioriza o respeito e a civilidade, e pauta pela preservação das liberdades individuais, seja decorrente dos direitos civis, que garantem a individualidade e a proteção contra os arbítrios de qualquer governo despótico; seja como desdobramento dos direitos políticos, que asseguram a participação nos negócios públicos que incidirão sobre toda a coletividade.

Decerto que as instituições políticas ainda demandam aperfeiçoamento, e a democracia liberal, talvez possa vir a ser substituída por um novo regime com o passar do tempo, mas os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, permanecerão inerentes à natureza humana, e jamais poderão ser suprimidos!

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

AIETA, Vânia Siciliano. **Democracia**: estudos em homenagem ao Prof. Siqueira Castro. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. (tratado de direito político. t. II).

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascism**: a warning. New York: Harper Collins, 2018.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. (teoria & direito público).

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A república de Weimar e a ascensão do nazismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é História). p. 51-55.

ALTMAN, Max. Hoje na história: 1998 – ataque terrorista a embaixadas dos EUA no Quênia e Tanzânia mata centenas. **Opera Mundi UOL**, São Paulo, 07 ago. 2014. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/37353/hoje-na-historia-1998-ataque-terrorista-a-embaixadas-dos-eua-no-quenia-e-tanzania-mata-centenas>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. OTAN. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

ARANDT, Philippe. Os regimes constitucionais. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARGENTINA. Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda. Dirección Nacional Electoral. **Elecciones 2003**. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2003#4>>. Acesso em: 01 maio 2019.

ARISTÓTELES. **A constituição de Atenas**. São Paulo: Nova cultural, 1999. (Os Pensadores).

_____. **Política**. São Paulo: Nova cultural, 1999. (Os Pensadores).

ARRUDA, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea**. 21. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ATIRADOR que matou 77 na Noruega é condenado a 21 anos de prisão. **G1**, São Paulo, 24 ago. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/08/atirador-que-matou-77-na-noruega-e-condenado-21-anos-de-prisao.html>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

AUBERT, Jean-François. O que é a democracia direta? In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do estado**. 42. ed. São Paulo: Globo, 2001.

BASDEVANT-GAÜDEMET, Brigitte. Igrejas/estado. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane. (Orgs.). **Dicionário da cultura jurídica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do estado e ciência política**. 6. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2004.

BERCITO, Diogo. Presidente Erdogan vence eleições na Turquia. **Valor Econômico**, Istambul, 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/5615741/presidente-erdogan-vence-eleicoes-na-turquia>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução Desidério Murcho *et al.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: EDIPRO, 2017.

_____. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EDIPRO, 2017.

_____. **O futuro da democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento crítico).

_____. **Teoria geral da política**: a filosofia política e a lição dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero, tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. **Do estado liberal ao estado social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Teoria do Estado**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2004.

BONGIOVANNI, Gerardo. Argentina, entre la herencia y la esperanza. In: VARGAS LLOSA, Mario. (Coord.). **El estalido del populismo**. Ciudad de México: Planeta, 2017.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, Cláudio. O direito no pensamento romano. In: _____; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo. (Coord.). **História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

BUENO, Roberto; RAMIRO, Caio Henrique Lopes. (Orgs.). **Sonhos e pesadelos da democracia em Weimar: tensões entre Carl Schmitt e Hans Kelsen**. São Paulo: Liber Ars, 2017.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Prefácio de João Pereira Coutinho, tradução Marcelo Gonzaga de Oliveira e Giovanna Louise Libralon. Campinas: Vide Editorial, 2017.

CABRAL, Ricardo Pereira. Terrorismo: (pós-11 de setembro de 2001). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. Democracia x constitucionalismo: um navio à deriva? **Cadernos de Pós-Graduação em Direito: estudos e documentos de trabalho**. Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 1, jan. 2011.

_____. **Direito Parlamentar e Direito Eleitoral**. Barueri: Manole, 2004.

_____. Eleição. In: CAGGIANO, Monica Herman Salem (Coord.); MESSA, Ana Flávia (Org.); ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (Org.). **Direito eleitoral: estudos em homenagem a Cláudio Lembo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Oposição na política: proposta para uma rearquitetura da democracia**. São Paulo: Angelotti, 1995.

_____. **Sistemas eleitorais X representação política**. Brasília: Senado Federal, 1987.

_____. LEMBO, Cláudio Salvador. Dos direitos políticos. In: TANAKA, Sônia Yuriko Kanashiro (Coord.). **Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2009.

CAMPUS, Donatella; PASQUINO, Gianfranco. **Masters of political science**. Colchester: ECPR Press, 2009.

CANFORA, Luciano. **A democracia: história de uma ideologia**. Tradução José Jacinto Correia Serra. Lisboa: Edições 70, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos sobre direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERQUEIRA, Rodrigo. “*¡Que se vayan todos!*”: o la Nación e as representações da crise argentina em dezembro de 2001. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia da Universidade de Ouro Preto**, 2013, Ouro Preto/MG. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/que-se-vayan-todos-o-la-nacion-e-as-representacoes-da-crise-argentina-em-dezembro-de-2001>>. Acesso em: 01 maio 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução Maria Teresa Ramos. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Direito e poder**: ensaio de epistemologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992.

CRICK, Bernard. **Democracy**: a very short introduction. New York: OUP, 2002.

DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DALLARI, Dalmiro de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 1995.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje**: ideias, debates, questões. Tradução Lucy Magalhães. Revisão técnica Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DERROTA do Estado Islâmico é anunciada na Síria. **BBC Brasil News**, Londres, 23 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47678823>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e sucessos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIOGO, José-Manuel. **As grandes agências secretas**: os segredos, os êxitos e os fracassos dos serviços secretos que marcaram a história. 2. ed. São Paulo: Via Leitura, 2015.

DODDS, Klaus. **Geopolitics**: a very short introduction. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2014.

DOEHRING, Karl. **Teoria do estado**. Coordenação e supervisão Luiz Moreira. Tradução Gustavo Castro Alves Araújo. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. **Ciência política**: enfoque integral avançado. São Paulo: Atlas, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. atual. e ampl. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

FAUSTO, Sérgio. (Org.). **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (plataforma democrática).

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria política**: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERGUSON, Niall. **A grande degeneração**. São Paulo: Planeta, 2013.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. 2. ed. rev. e ampl. Tradução Ana Paula Zomer Sica *et al.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Estado de direito e constituição**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FINCHELSTEIN, Federico. **From fascism to populism in history**. Oakland: University of California Press, 2017.

FINS, Francisco Rogido. Franquismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções**: 1919-1945: a época dos fascismos, das ditaduras e da segunda guerra mundial (1939-1945). Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Terrorismo e criminalidade política**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FRANÇA. Conseil constitutionnel. **Constitution de 1791**. 4 fév. 1791. Disponível em: <<https://www.conseil-constitutionnel.fr/les-constitutions-dans-l-histoire/constitution-de-1791>>. Acesso em: 8 set. 2019.

_____. _____. **Les Constitutions de la France**. Disponível em: <<https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france>>. Acesso em: 8 set. 2019.

FRANCO, Marina. “Era K” acaba após 12 anos; veja o legado dos Kirchner na Argentina. **G1**, São Paulo, 10 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

FREEDEN, Michael. **Ideology**: a very short introduction. New York: Oxford University, 2003.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2009. (A Obra-Prima de cada Autor – Série Ouro).

GALEANO, Eduardo Hughes. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

HAMILTON, Alexander. Nº 84: certain general and miscellaneous objections to the constitution considered and answered. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The federalist papers**. Mineola: Dover Thrift, 2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios de filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. 1. ed. 3. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. Tradução Janaína Marcoantonio, Mariane Janikian. 1. ed. 1. impr. São Paulo: Ática, 2010. v. 1. (Fundamentos).

_____. **Ideologias políticas**: do feminismo ao multiculturalismo. Tradução Janaína Marcoantonio, Mariane Janikian. 1. ed. 1. impr. São Paulo: Ática, 2010. v. 2. (Fundamentos).

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Nova cultural, 1999. (Os Pensadores).

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A era dos impérios**: 1875-1914. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOROWITZ, Joel. Populism and its legacies in Argentina. In: CONNIFF, Michael L. (Ed.). **Populism in Latin America**. 2. ed. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2012.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial**. Tradução Henrique M. Lajes Ribeiro. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2009.

IMPEACHMENT de Collor. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 29 set. 1992. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos/impeachment-de-collor,887,0.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale et alii. 13. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES. **Canton**: définition. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definition/c1566>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. **Commune**: définition. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definition/c1468>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

JELLINEK, Georg. **Teoría general del estado**. Prólogo e tradução Fernando de los Ríos. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

JOÃO XXIII. A Santa Sé. **Carta encíclica *mater et magistra***: sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 15 maio 1961. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JOUVENEL, Bertrand de. **O poder**: história natural de seu crescimento. Tradução Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Peixoto Neto, [2016?]. (Coleção Teoria Política).

JUDIS, John B. **The populist explosion**: how the great recession transformed american and european politics. New York: Columbia Global Reports, 2016.

KALTWASSER, Rovira Cristóbal et alii. Populism: an overview of the concept and the state of the art. In: KALTWASSER, Rovira Cristóbal et alii. (Ed). **The oxford handbook of populism**. New York: Oxford University Press, 2019.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KEANE, John. **Vida e morte da democracia**. Lisboa: Edições 70, 2011.

KIRK, Russell. **A política da prudência**. Tradução Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014. (abertura cultural).

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje**. Tradução Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

KRAUZE, Enrique. **Os redentores**: ideias e poder na América Latina. Tradução Magda Lopes, Cecília Gouvêa Dourado e Gabriel Federicci. São Paulo: Saraiva, 2011.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LAVADO, Thiago; OLIVEIRA, Carol. Chamado de Trump das Filipinas, Duterte faz um ano na presidência. **Exame**, São Paulo, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/as-polemicas-de-duterte-o-hitler-das-filipinas/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

LEÃO XIII. A Santa Sé. **Carta encíclica *rerum novarum***: sobre a condição dos operários. 15 maio 1891. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

LEFEBVRE, Georges. **1789**: O surgimento da revolução francesa. Tradução Cláudia Schilling. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How democracies die**. New York, Crown Publishing Group, 2018.

LEYTE, Guillaume. Direitos senhoriais e feudais. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane. (Orgs.). **Dicionário da cultura jurídica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: formas de gobierno y resultados en 36 países. Tradução Carme Castellnou. Barcelona: Ariel, 2012.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la constitución**. Tradução Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 2018.

MARQUES, Moisés da Silva; OLIVEIRA, Flávio Rocha de. (Orgs.). **Introdução ao risco político**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. Populismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.).

Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. Salazarismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1919-1945: a época dos fascismos, das ditaduras e da segunda guerra mundial (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2.

MATTOS, Carlos de Meira. Estratégias militares dominantes: sugestões para uma estratégia militar brasileira. In: _____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. v. 2.

MAUS, Ingeborg. **O direito e a política: teoria da democracia**. Coordenador e supervisor Luiz Moreira. Tradutores Elisete Antoniuk e Martonio Mont'Alverne Barreto Lima. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO; Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018. (Série IDP).

MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos**. Tradução José M. Justo. Lisboa: Antígona, 2001.

MIDDELAAR, Luuk van. **Europa em transição: como um continente se transformou em união**. Tradução Ramon Alex Gerrits. São Paulo: É Realizações, 2017. (Abertura Cultural).

MILLER, David. **Political philosophy: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2003.

MINOGUE, Kenneth. **Política: uma brevíssima introdução**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MOFFITT, Benjamin. **The global rise of populism: performance, political style, and representation**. Califórnia: Stanford University Press, 2016.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de La Brède et de. **Do espírito das leis**. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007. (A Obra-Prima de cada Autor – Série Ouro).

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Tradução Maria Ludovina F. Couto. Lisboa: Edições 70, 2010. (história e sociedade).

MUDDE, Cas. Populism: an ideational approach. In: In: KALTWASSER, Rovira Cristóbal *et alii*. (Ed). **The oxford handbook of populism**. New York: Oxford University Press, 2019.

_____; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

MUNHOZ, Sidnei. Marshall: (plano). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder**. Tradução Luís Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2013.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Representantes de quem?: os (des)caminhos do seu voto da urna à câmara dos deputados**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

_____. **Sistemas eleitorais**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NOGUEIRA, Ataliba. **Lições de teoria geral do estado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

O QUE se sabe sobre o misterioso novo líder do Estado Islâmico. **BBC Brasil News**, Londres, 01 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/01/o-que-se-sabe-sobre-o-misterioso-novo-lider-do-estado-islamico.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in politics and other essays**. New and expanded ed. Indianapolis: Liberty Fund, 1991.

OBER, Josiah. Democracia direta. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa**. Tradução Vera Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (plataforma democrática).

OSBORNE, Roger. **Civilização: uma nova história do mundo ocidental**. Tradução Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Difel, 2016.

_____. **Do povo para o povo: uma nova história da democracia**. Tradução Ludimila Hashimoto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

OSTRENSKY, Eunice. **As revoluções do poder**. São Paulo: Alameda, 2005.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Álvares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAULA, Guilherme Tadeu de. 11 de setembro. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.).

Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

PENNA, J. O. de Meira. **A ideologia do século XX: ensaios sobre o nacional-socialismo, o marxismo, o terceiro mundismo e a ideologia brasileira.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.

PEGIDA. **Teses de Dresden**, Dresden, 20 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.pegida.de/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **Los derechos fundamentales.** Madrid: Tecnos, 1998.

PERUZZOTTI, Enrique. Kirchnerismo y populismo. In: RIVERO, Ángel; ZARZALEJOS, Javier; DEL PALACIO, Jorge. (Coord.). **Geografía del populismo: un viaje por el universo del populismo desde sus orígenes hasta Trump.** 2. ed. Madrid: Tecnos, 2018.

PESSOA, Mário. **O direito da segurança nacional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

PETRUCCIANI, Stefano. **Modelos de filosofia política.** Tradução José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2014. (Coleção Filosofia).

PHILIPP, Peter. 1993: primeiro atentado contra o World Trade Center. **Deutsche Welle**, Bonn, 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1993-primeiro-atentado-contra-o-world-trade-center/a-449487>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RAYNAUD, Philippe. Constitucionalismo: da constituição inglesa à constituição americana. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane. (Orgs.). **Dicionário da cultura jurídica.** Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

REBECQUE, Henri-Benjamin Constant de. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos.** Organização, estudo introdutório e tradução Emerson Gracia. São Paulo: Atlas, 2015. (Coleção Clássicos do Direito).

REFORMA que amplia poderes do presidente é aprovada em referendo na Turquia; oposição pede recontagem de votos. **G1**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/termina-na-turquia-votacao-do-referendo-que-pode-aumentar-poderes-do-presidente-erdogan.ghtml>>. Acesso em 07 jul. 2018.

RIVERO, Ángel. El peronismo y la creación de la lengua del populismo. In: _____; ZARZALEJOS, Javier; PALACIO MARTÍN, Jorge del. **Geografía del populismo: un viaje por el universo del populismo desde sus orígenes hasta Trump.** 2. ed. Madrid: Tecnos, 2018.

RODELAS, Javier Redondo. El populismo norteamericano de ayer y de hoy. In: RIVERO, Ángel; ZARZALEJOS, Javier; PALACIO MARTÍN, Jorge del. **Geografía del populismo: un viaje por el universo del populismo desde sus orígenes hasta Trump**. 2. ed. Madrid: Tecnos, 2018.

ROMM, Joseph J. **Defining national security: the nonmilitary aspects**. New York: Council on Foreign Relations, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=shxDOnuVcyYC&pg=PA112&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROSAS, João Cardoso; FERREIRA, Ana Rita. (Org.). **Ideologias políticas contemporâneas**. Coimbra: Almedina, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

RUNCIMAN, David. **How democracy ends**. New York: Hachette Book Group, 2018.

_____. **The confidence trap: a history of democracy in crisis from World War I to the present**. rev. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2018.

SANTOS. Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo. **Teoria geral do estado**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SARTORI, Giovanni. **La democracia en 30 lecciones**. Tradução Alejandro Pradera. Madrid: Taururs Santillana, 2009.

_____. **¿Qué es la democracia?** Tradução Miguel Ángel Gonzáles Rodríguez, María cristina Pestellini Laparelli Salomon, Miguel Ángel Ruiz de Azúa. 2. ed. rev. e ampl. Barcelona: Penguin Random House, 2014.

SCHILLING, Voltaire. **As grandes correntes do pensamento: da Grécia antiga ao neoliberalismo**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 1999.

SCHIOPPA, Antonio Padoa. **História do direito na Europa: da idade média à idade contemporânea**. Tradução Marcos Marciolino e Silvana Cobucci Leite. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução, introdução e notas Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2016.

_____. **Teologia política**. Coordenação e supervisão Luiz Moreira. Tradução Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado do espetáculo: ensaio sobre e contra o *star system* em política**. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Editorial, 1978.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **A constituinte burguesa: *qu'est-ce que le tiers-état?*** 5. ed. Tradução Norma Azevedo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. Edição Kindle.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Al-Qaeda: (organização). In: _____; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

_____. Fascismo na Itália. In: _____; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1919-1945: a época dos fascismos, das ditaduras e da segunda guerra mundial (1939-1945).** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 16 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SORJ, Bernardo. (Org.). **Poder político e meios de comunicação: da representação política ao *reality show*.** São Paulo: Paz e Terra, 2010. (plataforma democrática).

SOWEL, Thomas. **Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas.** Tradução Maria Margarita Garcia Lamelo. São Paulo: É Realizações, 2012. (Coleção Abertura Cultural).

STEIN, Steve. In: the paths of populism in Peru. In: CONNIFF, Michael L. (Ed.). **Populism in Latin America.** 2. ed. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2012.

STRAUSS, Leo. **Uma introdução à filosofia política.** Organização e apresentação Hilail Gildin, tradução, posfácio e notas Élcio Verçosa Filho. São Paulo: É Realizações, 2016.

_____; CROPSEY, Joseph. (Orgs.). **História da filosofia política.** Revisão técnica Manoel Gonçalves da Motta, tradução Heloísa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SUÍÇA. Assemblée Fédérale de la Confédération Suisse. **Constitution Fédérale de la Confédération Suisse.** 18 avr. 1999. Disponível em: <<https://www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/19995395/index.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SUÍÇA. Confédération Suisse. **Les cantons.** Disponível em: <<https://www.eda.admin.ch/aboutswitzerland/fr/home/politik/uebersicht/kantone.html>>. Acesso em 15 jun. 2019.

TORRE, Carlos de la. Populism in Latin America. In: KALTWASSER, Rovira Cristóbal *et alii*. (Ed). **The oxford handbook of populism.** New York: Oxford University Press, 2019.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 18.

TREIN, Franklin. Tratado da União Europeia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1945-2014: a época da guerra fria (1945-1991) e da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 3.

TROPAS da União Soviética invadem o Afeganistão, em dezembro de 1979. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/tropas-da-uniao-sovietica-invadem-afeganistao-em-dezembro-de-1979-10147575>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

URBINATI, Nadia. **Representative democracy: principles and genealogy.** Chicago: University of Chicago, 2006.

VEJA quem é o presidente Erdogan e sua corrida desenfreada pelo poder na Turquia. **G1**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-quem-e-o-presidente-erdogan-e-sua-corrida-desenfreada-pelo-poder-na-turquia.ghtml>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

VENEZUELA: as 14 eleições da era Chávez. **France Presse**, Caracas, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/09/venezuela-as-14-eleicoes-da-era-chavez.html>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

VISENTINI. Paulo Gilberto Fagundes. **O grande oriente médio: da descolonização à primavera árabe.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

_____. Revolução Russa. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções: 1901-1919: a época dos imperialismos e da grande guerra (1914-1919).** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1.

VILLELA, Gustavo. Plano Collor confiscou a poupança, e Brasil mergulhou na hiperinflação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2017. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/plano-collor-confiscou-poupanca-brasil-mergulhou-na-hiperinflacao-15610534#>>. Acesso em 10 jan. 2018.

WILLIAMS, Anne; HEAD, Vivian. **Ataques terroristas.** Tradução Débora da Silva Guimarães Isidoro. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. In: _____; LEITE, José Rubens Morato. (Org.). **Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas.** São Paulo: Saraiva, 2003.

WRIGHT, Edmund; LAW, Jonathan. **Dicionário de história do mundo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ZANATTA, Loris. **Uma breve história da América Latina**. Tradução Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Cultrix, 2017.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria geral do estado**: ciência política. São Paulo: Saraiva, 2016.